

() CTS () CA (X) EAM () ENF () EAP () EX () FP () HFS () IDD () LEQ () MD () PEQ () TIC

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BAIXO SUL: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS AMBIENTAIS DESENVOLVIDOS EM UMA ESCOLA

Eloá A. Carvalho (IC-EM)¹, Marina Martins (PQ)², Lucas A. O. Melgaço (PQ)¹, José Gilberto da Silva (PQ)². Mara A. Alves da Silva (PQ)²

¹Ensino Médio/Secretaria de Educação do Estado da Bahia ²Licenciatura em Química/Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/marinamartins@ufrb.edu.br

Palavras-Chave: *Educação Ambiental, Macrotendências, Educação Básica.*

Introdução

Com o objetivo de proteger a biodiversidade e reduzir riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais dentro do projeto institucional da escola, foi publicada, em 2024, a Lei nº 14.926, de 17 de julho, que altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental (EA). Conforme a legislação vigente, a consciência crítica deve ser fomentada, mas, agora, articulando-a a participação individual e coletiva diante da urgência climática atual (Brasil, 2024). Assim, este estudo tem como objetivo investigar de que forma a Educação Ambiental (EA) se faz presente nos projetos desenvolvidos por uma escola pública estadual do Baixo Sul da Bahia, ao longo dos anos de 2024 e 2025. A pesquisa qualitativa envolve análise documental dos projetos ambientais fornecidos pela escola. A análise foi orientada pelas três macrotendências (MT) da EA segundo Layrargues e Lima (2014), a saber: Conservacionista, focada na preservação dos recursos naturais; Pragmática, centrada em soluções práticas e resultados mensuráveis, alinhada à lógica de mercado e à responsabilização individual; e Crítica, que reconhece a complexidade dos problemas socioambientais, propõe abordagens transformadoras, questiona dualismos como indivíduo/sociedade e natureza/cultura, e incentiva a participação política e social, rompendo com a estrutura capitalista.

Resultados e Discussão

O quadro 1 ilustra os projetos ambientais desenvolvidos na escola.

Quadro 1 – As MT de EA nos projetos da escola.

Projetos	Objetivos das ações	Macrotendência de EA
1	Avaliar compostos orgânicos para adubação e revitalização de solos com base na agroecologia, utilizando técnicas simples e promovendo formações em cooperativas para incentivar sua adoção nas plantações de hortaliças.	Pragmática, pois busca soluções práticas e acessíveis para melhorar a adubação e revitalização dos solos, com foco em resultados imediatos e na formação de agricultores para aplicação local dessas práticas.
2	Promover reflexões sobre o desperdício do cacau e discutir seu potencial na prevenção de doenças crônicas, visando à saúde e qualidade de vida. Propor práticas agrícolas sustentáveis que reduzam resíduos, aumentem o valor agregado do produto e ampliem a renda dos agricultores, incentivando também seu uso pela população local em receitas do dia a dia.	Pragmática, pois os objetivos focam em soluções práticas, imediatas e aplicáveis, como redução do desperdício, uso de subprodutos, valorização econômica e promoção da saúde sem problematizar as causas estruturais do sistema capitalista.
3	Desenvolver soluções sustentáveis para o controle de pragas em hortaliças, preservando o meio ambiente e a saúde dos agricultores. Promover formações técnicas junto às cooperativas, estimulando o uso de extratos de plantas nativas e reduzindo a dependência de agrotóxicos, com foco na melhoria da renda e qualidade de vida dos agricultores familiares.	Pragmática, pois prioriza soluções práticas e sustentáveis para o controle de pragas, com uso de recursos naturais locais e foco na formação dos agricultores. Visa melhorar a renda e qualidade de vida, mas sem questionar as estruturas sociais e econômicas mais amplas.
4	Utilizar uma ferramenta para estudar o ciclo bioquímico e melhorar a fertilidade do solo. Construir e operar um biodigestor para tratar resíduos alimentares da escola, gerando gás metano para uso na cozinha e produzindo adubo natural para a horta, promovendo sustentabilidade e agricultura responsável.	Pragmática, pois prioriza soluções práticas e educativas para a sustentabilidade local sem questionar as bases estruturais do sistema.

Fonte: Autorias (2025).

De acordo com escola, esta possui apenas quatro projetos ambientais. A partir de sua análise, observamos que no projeto 1, não há questionamento explícito das estruturas sociais ou econômicas mais amplas. No projeto 2, também não se observa uma crítica direta às estruturas sociais, econômicas ou políticas que causam ou perpetuam os problemas ambientais. O projeto 3 busca melhorar a renda e a qualidade de vida dos agricultores, mas igualmente carece de uma crítica as estruturas sociais e econômicas mais amplas, afastando-se, assim, de um enfoque crítico. Apesar de contemplar a preservação ambiental, essa ocorre de modo alinhado a práticas compatíveis com o sistema socioeconômico vigente. Por fim, o projeto 4 não explora criticamente as causas estruturais dos problemas ambientais. Portanto, todos os projetos estão ancorados em uma MT pragmática.

Considerações Finais

Os projetos da escola tendem a trabalhar a EA, em grande medida, a partir de uma perspectiva de caráter mercadológico, sem promover uma reflexão contextualizada que articule as causas e consequências dos problemas ambientais. Essa abordagem reforça uma visão neutra da ciência e uma compreensão limitada das relações entre sociedade e meio ambiente, ao invisibilizar processos de desigualdade, injustiça social e as diferentes responsabilidades socioambientais, conforme destacam Layrargues e Lima (2014). Por outro lado, é importante reconhecer que, quando vinculadas ao contexto e aos desafios locais, as temáticas desenvolvidas demonstram sensibilidade às realidades vividas pela comunidade e abrem espaço para a construção de práticas mais críticas e transformadoras. Assim, essa pesquisa estimula reflexões críticas sobre os currículos dos diferentes níveis de ensino.

Agradecimentos

Ao CNPq, pelo apoio financeiro.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014.

BRASIL. Lei nº 14.926, de 17 de julho de 2024. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 157, n. 137, p. 1, 18 jul. 2024.